DOI: 10.00000/Territoriov1i1.xxxx

TERRITÓRIO E PLANEJAMENTO

Revista do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial da UEFS

e-ISSN 0101-0000

Volume 1 N. 1 - Nov. 2026

ARTIGO

Território, democracia e processos de resistência contemporâneos

Territory, democracy, and contemporary processes of resistance

Danilo Uzêda da Cruz

Doutor em Ciências Sociais (UFBA). Pesquisador do Observatório Internacional de Estudos em Democracia, Desigualdades e Ruralidades do Sul Global (OIDDER). Docente da UEFS/PLANTERR, ducruz@uefs.br

Resumo

Este artigo desenvolve uma análise abrangente do conceito de território, explorando suas diferentes acepções ao longo do tempo e nas mais diversas correntes teóricas. A partir de uma leitura que abrange autores clássicos e contemporâneos, como Claude Raffestin, Henri Lefebvre, Milton Santos, Rogério Haesbaert e Carlos Walter Porto-Gonçalves, são discutidas as dimensões políticas, sociais, culturais e simbólicas que estruturam a territorialidade. O texto enfatiza o território como produto social, espaço de poder e de disputa, bem como arena de resistência e de reinvenção coletiva, sobretudo no contexto latino-americano. Aborda também os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, fundamentais para compreender a fluidez e a complexidade das dinâmicas espaciais na contemporaneidade. Ao final, propõe que o território seja pensado como categoria central para repensar a democracia, portanto como pano de fundo para a análise crítica das desigualdades, das práticas sociais e das alternativas emancipatórias diante da globalização.

Palavras-chave: Território; Territorialidade; Espaço; Poder; América Latina.

Abstract

This article develops a comprehensive analysis of the concept of territory, exploring its different meanings over time and within diverse theoretical approaches. Drawing on classical and contemporary authors such as Claude Raffestin, Henri Lefebvre, Milton Santos, Rogério Haesbaert and Carlos Walter Porto-Gonçalves, it discusses the political, social, cultural, and symbolic dimensions that structure territoriality.The article highlights the territory as a social product, a space of power and dispute, as well as an arena of resistance and collective reinvention, especially in the Latin American context. It also addresses the processes of territorialization, deterritorialization, and reterritorialization, which are essential to understand the fluidity and complexity of spatial dynamics in contemporary society. Finally, it argues that territory should be considered a central category for critical analysis of inequalities, social practices, and emancipatory alternatives in the face of globalization.

Keywords: Territory; Territoriality; Space; Power; Latin America.

Introdução

O conceito de território constitui uma das categorias centrais das ciências humanas e sociais, assumindo papel fundamental para compreender as dinâmicas que articulam espaço, poder e sociedade. Embora sua origem esteja profundamente enraizada na tradição da geografia, sua relevância extrapola os limites dessa disciplina, alcançando a filosofia, a sociologia, a ciência política, a antropologia, a economia e os estudos culturais. A importância do território advém justamente de sua condição híbrida: ele não é apenas uma base físico-material, mas um produto histórico e social, resultado de processos múltiplos de apropriação, dominação, resistência e significação. São essas condições que têm sido discutidas no âmbito da geografia crítica.

A trajetória do conceito demonstra sua complexidade. Durante boa parte do século XIX e início do século XX, as formulações sobre território estiveram associadas a perspectivas de cunho naturalista, vinculadas sobretudo ao pensamento geopolítico clássico. Autores como Friedrich Ratzel enfatizavam a relação entre espaço, Estado e poder, associando a expansão territorial à força vital de uma nação. Esse paradigma,

mais tarde apropriado por ideologias nacionalistas e expansionistas, acabou reduzindo o território a uma dimensão física, mensurável e delimitada por fronteiras político-administrativas.

Entretanto, a segunda metade do século XX trouxe inflexões críticas importantes. O território passa a ser compreendido como uma construção social, não podendo ser reduzido a dado natural ou simples suporte físico. Henri Lefebvre (1991), ao propor a noção de espaço como produto social, abriu caminho para uma abordagem que privilegia os processos históricos, econômicos, culturais e políticos que dão forma e sentido ao espaço habitado. Nesse horizonte, Claude Raffestin (1993) enfatizou o território como espaço produzido por relações de poder mediadas pela técnica, pela linguagem e pelas práticas sociais, enquanto Michel Foucault (2008) introduziu a análise das arquiteturas e espacialidades do poder, problematizando a articulação entre território, disciplina e governamentalidade.

No Brasil, as contribuições de Milton Santos (2000) foram decisivas ao destacar a dimensão histórica e desigual da produção do território, evidenciando como as lógicas do capital global reconfiguram os usos do espaço e geram novos arranjos territoriais. Rogério Haesbaert (2004) incorporou, da mesma forma crucial, a noção de multiterritorialidade, ressaltando a coexistência e a sobreposição de diferentes formas de pertencimento e apropriação territorial em um mesmo espaço. Essa perspectiva amplia o olhar para além da ideia de território como entidade única e estática, permitindo compreender as complexidades da vida contemporânea marcada pela mobilidade, diversidade, projetos políticos e estratégias de desenvolvimento e desigualdades como parte de processo dialéticos de desterritorialização e reterritorialização.

A análise do território, entretanto, não se esgota em seu valor teórico, assumindo nas contradições e processos de construção da territorialidade, implicações práticas de extrema relevância para o mundo contemporâneo. Em contextos de globalização desigual, mobilidades e fluxos migratórios, desigualdades persistentes, democracias em risco e emergência de crises climáticas, o território se converte em arena de disputa entre diferentes atores sociais, econômicos e políticos. Tais disputas, ao mesmo tempo em que demarcam conceitualmente o debate acadêmico, ampliam as abordagens em torno dos dilemas vividos por populações inteiras. São lutas sociais de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais pelo reconhecimento e demarcação de seus territórios, processos de expropriação territorial em função de grandes projetos de infraestrutura, especulação imobiliária, mineração e agronegócio, estratégias de resistência territorial em favelas e periferias urbanas e as novas formas de planejamento regional e urbano que buscam articular desenvolvimento e justiça social. Em um cenário mundial em que as democracias aparecem fragilizadas a partir de governos conservadores e/ou parlamentos controlados por interesses corporativos, religiosos e anti-democráticos, os grupos e elites econômicas impõem uma fragilização e fragmentação ainda mais agressiva aos direitos constitucionais aparentemente garantidos.

Essa perspectiva, ultrapassando a leitura clássica, propõe novas abordagens críticas latino-americanas, como as de Aníbal Quijano (2005) e Arturo Escobar (2010), inserindo a dimensão da colonialidade como chave interpretativa para a compreensão dos territórios do Sul Global, ao mesmo tempo que reafirmam a necessidade de uma nova epistemologia “a partir de” e não “sobre” os territórios. Sem colocar em conflito o global e o local, os autores fundamentam a necessidade de que essa outra epistemologia possa traduzir de forma mais autêntica e real as dimensões das populações do Sul Global. De um modo geral, essas perspectivas ressaltam como a dominação colonial não apenas se expressou em termos econômicos e políticos, mas também configurou espacialidades, subjetividades e epistemologias. Assim, compreender o território implica reconhecer tanto a violência histórica da expropriação e da subordinação quanto às formas de resistência e de construção de alternativas, que se expressam em territorialidades insurgentes, que contrapõe a experiência hegemônica, e em projetos de vida distintos do paradigma moderno-colonial.

Este artigo tem como objetivo realizar uma análise aprofundada do conceito de território, articulando aportes clássicos e contemporâneos em diálogo com reflexões críticas latino-americanas. Parte-se da compreensão de que o território é indissociável das relações de poder, da produção social do espaço e sua historicidade, ao mesmo tempo em que se abre para múltiplas dimensões identitárias, culturais e políticas, mas também e por isso mesmo, não é uma categoria de análise despossuída de temporalidade e lugar empírico. Nesse sentido, pensar o território é pensar também os modos de habitar, resistir e projetar futuros coletivos em um mundo marcado por contradições entre globalização e financeirização, e processo de lutas sociais e resistências locais.

Primeiramente, apresentam-se as formulações clássicas sobre o conceito de território, destacando suas origens e limites e contribuições para a atualidade. Posteriormente, são analisadas as contribuições contemporâneas, com foco na multiterritorialidade e nos processos de territorialização e desterritorialização. Essa compreensão nos remete ao debate da centralidade das relações de poder e da produção social do espaço e as reflexões latino-americanas sobre território, colonialidade e resistências locais. Por fim, são discutidas as contradições entre globalização e territorialidades insurgentes, apontando caminhos para compreender a

relevância contínua do conceito tanto no campo acadêmico quanto nas práticas políticas e sociais. As considerações finais possibilitam refletir sobre o enfeixamento dos debates, apontando alguns caminhos para a abordagem territorial.

O conceito de território nas Ciências Humanas: o que podemos aprender com os clássicos?

O conceito de território tem suas raízes na geografia moderna, emergindo em estreita relação com o fortalecimento do Estado-nação e com a necessidade de legitimar práticas de dominação, organização espacial e controle político. Nesse contexto, sobretudo entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a tradição clássica da geografia conferiu centralidade à relação entre espaço e poder, concebendo o território essencialmente como expressão material do Estado e de sua soberania.

Entre os autores que consolidaram esse marco, Friedrich Ratzel (1844-1904) ocupa lugar destacado. Considerado fundador da Geografia Política, Ratzel foi influenciado pelo organicismo e pelo darwinismo social, concepções que lhe permitiram interpretar o Estado como um organismo vivo que, para sobreviver, necessita expandir-se. É nesse horizonte que o autor formulou a noção de *Lebensraum* (espaço vital), apresentada em sua obra *Politische Geographie*, publicada em 1897. O território, nessa leitura, não se reduz a um recorte físico, mas constitui a base vital do Estado e da sua expansão. Embora tenha desempenhado papel importante na institucionalização da geografia política, tal formulação acabou por naturalizar as relações de poder e fornecer subsídios teóricos a discursos nacionalistas e expansionistas, sobretudo no cenário europeu da virada do século (Ratzel, 1990).

Por um caminho distinto, Paul Vidal de La Blache (1845-1918), reconhecido como o pai da Escola Francesa de Geografia, formulou o possibilismo geográfico em contraposição ao determinismo naturalista ratzeliano. Em sua obra *Tableau de la Géographie de la France*, de 1903, o território é concebido como espaço de interação entre sociedade e natureza. As condições naturais, para Vidal, não impõem um destino, antes oferecem possibilidades a partir das quais as sociedades escolhem seus modos de uso. A geografia, portanto, deveria compreender os modos de vida e a organização social enraizados na materialidade do espaço (território). Essa abordagem, embora mais aberta à historicidade e à ação humana, ainda privilegia uma leitura funcional e naturalizada do território e entendido principalmente como suporte às práticas sociais e econômicas (Vidal de la Blache, 2012). Sua abordagem, embora tenha tentado caminhar por outros pressupostos, matinha o pensamento positivista-funcionalista que lhe era contemporâneo.

Enquanto Ratzel e La Blache mantinham seu foco na disputa entre natureza ou sociedade, além da intensa relação com o Estado e institucionalização da disciplina, em sua obra The Nature of Geography, publicada em 1939 Richard Hartshorne (1899-1992), geógrafo norte-americano, desloca a discussão para uma dimensão metodológica e epistemológica (COSCIONI, 2015). Argumenta o autor que a tarefa da geografia é compreender a diferenciação real da superfície terrestre. Embora não formule uma teoria sistemática do território, Hartshorne contribui para consolidar a noção de território como unidade de análise vinculada à organização espacial do Estado e à distribuição de fenômenos geográficos. Seu esforço metodológico reforçou a centralidade da geografia como ciência voltada à análise da diferenciação e da organização de áreas, mantendo o território como base conceitual implícita (Hartshorne, 1939; COSCIONI, 2015). O autor de certa forma ainda serviu para as naquele momento recentes estratégias de planejamento estatal no mundo capitalista, fundamentalmente alimentadas pelo plano de planificação da então URSS e da ascensão do nazi-facismo alemão-italiano.

Essas formulações clássicas, apesar de suas diferenças, compartilham uma matriz comum, qual seja, atribuem ao território uma materialidade rígida e uma vinculação direta ao Estado, enfatizando suas dimensões físico-políticas em detrimento de aspectos sociais, culturais ou simbólicos. Constituem, assim, um momento inaugural e fundante do conceito, cuja força reside em estabelecer um campo de reflexão sobre a relação entre espaço e poder. Ao mesmo tempo, suas limitações abriram caminho para abordagens críticas e renovadoras que, a partir da segunda metade do século XX, buscaram superar a visão estatal e naturalizada do território, incorporando nele as dimensões da vida social, da produção do espaço e da construção simbólica.

Abordagens contemporâneas sobre território

A discussão sobre território possui, em nossa análise, uma longa trajetória no pensamento ocidental, estando tradicionalmente associado a uma base física delimitada por fronteiras, frequentemente vinculada ao Estado-nação e à ideia de soberania. No entanto, essa concepção se mostrou insuficiente para captar a complexidade dos fenômenos sociais e espaciais contemporâneos.

Um dos autores fundamentais na renovação da discussão é Claude Raffestin (1993). Para ele, o território é inseparável das relações de poder: “o território é produzido a partir do espaço, sendo este o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático que, apropriando-se dele, o territorializa” (Raffestin, 1993, p. 143). Nessa perspectiva, o território não é dado, mas construído, emergindo das práticas de apropriação, controle e significação que os sujeitos exercem sobre o espaço.

Mas é com Henri Lefebvre (1991) que emerge outro elemento central ao debate, alcançando o espaço enquanto produto social. Para o autor, não se trata de um recipiente neutro onde os fenômenos ocorrem, mas de uma produção histórica, na qual as relações sociais se materializam e se reproduzem. Essa concepção abre caminho para pensar o território (ainda confusamente tratada ora aqui, ora ali como espaço) como campo de conflitos, em que múltiplas forças disputam a organização do espaço.

No Brasil, Milton Santos (2000) oferece uma contribuição decisiva ao articular espaço, território e globalização ao meio técnico e informacional. Para ele, o território é "o chão mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence" (Santos, 2000, p. 96). Essa definição destaca tanto a materialidade quanto a dimensão simbólica e afetiva do território, ressaltando sua importância para a compreensão das desigualdades e das práticas sociais. Outros geógrafos brasileiros, como Rogério Haesbaert (2004), ampliam o debate ao introduzir a noção de multiterritorialidade. Para o autor, vivemos em uma sociedade marcada pela coexistência de múltiplos territórios, sobrepostos e interdependentes, que variam entre escalas locais, nacionais e globais. Esse enfoque desloca a ideia de território único e estático, enfatizando sua fluidez e complexidade.

Mais recentemente Haesbaert (2021) faz uma convocação ao pensamento geográfico para incluir no debate a perspectiva decolonial do território. Pensar no território como re-existência, territórios alternativos, territórios insurgentes. Sposito (2009) e Souza (2010) também aprofundam a reflexão ao analisar o território a partir das práticas de planejamento regional e urbano, ressaltando como as políticas públicas constroem e reconfiguram territórios. Nesse sentido, o território se mostra não apenas como objeto de análise acadêmica, mas também como instrumento de ação estatal e de resistência social. A abordagem crítica, portanto, rompe com visões naturalizadas ou exclusivamente jurídico-políticas do território, ressaltando seu caráter relacional e histórico. Como sintetiza Haesbaert, "o território é, antes de tudo, uma relação social mediada pelo espaço" (Haesbaert, 2004, p. 23). Nas últimas décadas, o conceito de território tem se expandido significativamente, acompanhando as transformações sociais, políticas e econômicas que caracterizam o mundo contemporâneo. Esse giro rompe com visões tradicionais que concebiam o território como espaço fixo, homogêneo e exclusivo, permitindo compreender fenômenos contemporâneos como migrações, redes digitais, movimentos transnacionais e comunidades diaspóricas, evidenciando a fluidez e a simultaneidade das territorialidades.

Em alguns trabalhos Marcos Saquet (2007; 2013) vem desenvolvendo o conceito de territorialidade, destacando seu caráter dinâmico como processo de apropriação, simbolização e vivência do espaço. Segundo o autor, a territorialidade envolve dimensões materiais e subjetivas, sendo fundamental para compreender práticas sociais, estratégias econômicas e identidades coletivas. Saquet articula ainda os conceitos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, inspirados em Deleuze e Guattari (1995). A territorialização refere-se à criação de vínculos e práticas em um espaço; a desterritorialização, à ruptura desses vínculos, muitas vezes impulsionada por forças econômicas e políticas globais; e a reterritorialização, à recomposição de novos vínculos e práticas em contextos transformados. Esses conceitos permitem interpretar o território como fenômeno estratégico e sujeito a mudanças contínuas, articulando dominação, resistência e criação de novas formas de organização social.

Autores como Sposito (2009) e Iná Elias de Castro (2006) aprofundam o debate ao articular território e planejamento urbano e regional, mostrando que a compreensão das dinâmicas territoriais é essencial para a formulação de políticas públicas, ordenamento territorial e ação política estratégica. O território deixa de ser apenas objeto de análise teórica, tornando-se instrumento de intervenção social capaz de integrar demandas locais e objetivos institucionais de maneira articulada.

Nessa mesma perspectiva, pensando os contextos urbanos, Barbosa (2007) e Moraes (2002) destacam os processos contemporâneos de urbanização e regionalização devem exigir abordagens inovadoras, considerando fenômenos como metropolização, redes técnicas e circulação de capitais e mercadorias, do contrário as análises tornam-se insuficientes para alcançar a complexidade do fenômeno. Nesse contexto, o território emerge como arena de contradições do capitalismo globalizado e de construção de resistências locais, seja por meio de movimentos sociais, associações comunitárias ou práticas culturais que desafiam a lógica dominante. Essa perspectiva, presente também em Milton Santos e David Harvey, concentra-se na dimensão urbana, analisando os territórios a partir das relações sociais, políticas e econômicas, embora tangencie de forma mais limitada as dinâmicas do mundo rural.

Uma última perspectiva que anotamos, ainda que existam outras bastante vigorosas, é a perspectiva do desenvolvimento territorial. O conceito de desenvolvimento territorial, conforme elaborado por Ricardo Abramovay, Arilson Favareto e aprofundado nos documentos do IICA, está intrinsecamente vinculado à noção de território não apenas como recorte espacial ou delimitação geográfica, mas, novamente, como construção social, política e cultural, marcada por relações de poder, identidades coletivas e formas de cooperação. Para Abramovay (2003), o território é um espaço relacional, constituído por redes de atores e instituições

que, ao interagir, produzem capacidade de inovação e dinâmicas econômicas sustentáveis, superando a visão setorial e produtivista do desenvolvimento rural. Favareto (2010), por sua vez, enfatiza que o território é também campo de disputas, onde coexistem projetos de modernização agrícola, muitas vezes excludentes, e iniciativas de desenvolvimento endógeno que valorizam os recursos locais, a diversidade sociocultural e a sustentabilidade. Os trabalhos do IICA (2005; 2010) que pesquisamos, reforça esse entendimento ao propor o território como unidade estratégica de planejamento e intervenção pública, reconhecendo a interdependência entre dimensões econômicas, sociais e ambientais, e destacando a importância da governança participativa. Essas concepções foram mobilizadas em políticas públicas no Brasil, como o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) e o Programa Territórios da Cidadania, que buscaram articular associações comunitárias, cooperativas, universidades e órgãos governamentais em arranjos institucionais inovadores. No Território do Sisal, por exemplo, a atuação das cooperativas da agricultura familiar, em diálogo com colegiados territoriais, materializa essa concepção de desenvolvimento territorial como processo de construção coletiva, em que o território se torna palco de resistência, inovação e democratização da gestão pública (Cruz, 2015). Distintamente das proposições em que o território aparece como síntese dos conflitos, esses autores enfatizam o território como resultado da cooperação, associação e da concertação, fluindo para uma boa gestão e governança.

Em síntese, as abordagens contemporâneas revelam o território como processo múltiplo, relacional e dinâmico, cujas dimensões materiais e simbólicas se entrelaçam em redes complexas de poder, identidade e resistência. Mas também como o lugar dos pactos, dos acordos e acertos de boa convivência entre as diferentes formas de estar nele. Conceitos como multiterritorialidade, territorialidade relacional e territórios usados constituem ferramentas teóricas essenciais para compreender conflitos socioespaciais, práticas de reterritorialização e os desafios do mundo globalizado, evidenciando o território como recurso estratégico, arena de disputa e espaço de resistência social, política e cultural; enquanto as conceções, sobretudo de origem cepalina, enfatizam sobremaneira o como lugar de agremiação para ação.

Assim, a análise do território a partir da perspectiva da produção social do espaço, das relações de poder e das dinâmicas contemporâneas de multiterritorialidade e reterritorialização permite apreender sua complexidade como recurso estratégico, arena de disputa e espaço de resistência. Em nossa análise as desigualdades socioespaciais, as tensões entre globalização e identidade local, bem como as práticas de planejamento territorial, só podem ser compreendidas à luz dessas interações, que revelam o caráter profundamente político, social e cultural do território.

Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização

Parte significativa dos debates contemporâneos sobre o território dialoga com a filosofia de Deleuze e Guattari (1995), na qual os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização são concebidos como movimentos imanentes às relações sociais, marcados pela instabilidade, pela fluidez e pela constante reconfiguração das formas de organização espacial, sendo posteriormente reinterpretados no interior da Geografia crítica. São conceitos em debate constante entre geógrafos, sociólogos e historiadores, o que demonstra sua vitalidade explicativa. Esses processos expressam as dinâmicas de constituição, desintegração e recomposição de territórios nas sociedades contemporâneas, permitindo compreender o território não como dado fixo, mas como resultado de fluxos, rupturas e recomposições constantes.

A territorialização refere-se à criação de vínculos, símbolos, identidades e práticas que ancoram grupos sociais em determinado espaço, consolidando-o como espaço de pertencimento e controle. No Brasil, por exemplo, a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ilustra essa dinâmica, na medida em que a ocupação e a reforma agrária transformam lugares anteriormente negligenciadas em territórios estruturados socialmente, com escolas, comissões comunitárias e atividades produtivas que ressignificam o uso da terra (Fernandes, 2012). Também nas cidades, experiências de urbanização participativa em favelas paulistanas, como a Ocupação Mauá ou iniciativas de autogestão, mostram como comunidades redefinem espaços urbanos por meio de regras coletivas, delimitando usos, promovendo serviços essenciais e construindo identidades territoriais compartilhadas (Perlman, 2010; The Guardian, 2021).

A desterritorialização corresponde à ruptura ou deslocamento desses vínculos, frequentemente intensificada por processos econômicos e políticos globais, como migrações forçadas, grandes projetos de infraestrutura e financeirização da economia. Todo o processo que levou à construção de usinas hidrelétricas, como Belo Monte, gerou deslocamento de centenas de famílias indígenas, camponesas e ribeirinhas, redefinindo circuitos produtivos e relações sociais dessas famílias, ao mesmo tempo em que provocou debates públicos e mobilizações contra a perda de territórios tradicionais (Folha de S. Paulo, 2019). Essa perspectiva também se manifesta em territórios urbanos, onde reformas de grandes áreas centrais em cidades brasileiras e latino-

americanas resultam na expulsão de populações de baixa renda, fragmentando comunidades e alterando a dinâmica social, como ocorreu na reforma da região da Luz em São Paulo ou na modernização do centro histórico de Medellín (Harvey, 2005). O debate sobre o "mito da desterritorialização" enfatiza que esses processos não eliminam territorialidades, mas reconfiguram vínculos e relações, criando novas formas de pertencimento, muitas vezes mais complexas e híbridas (Haesbaert, 2004).

Já a reterritorialização diz respeito à recomposição de vínculos e significados após a desterritorialização. Comunidades quilombolas e indígenas no Brasil, deslocadas por empreendimentos econômicos, reorganizam suas práticas culturais, sociais e produtivas em novos territórios, ou reforçam lutas de resistência em seus espaços tradicionais, como visto em reportagens sobre reassentamentos de comunidades no Pará e na Amazônia (O Estado de S. Paulo, 2020). Internacionalmente, o movimento zapatista no México redefine suas práticas políticas e culturais em resposta a políticas neoliberais e à pressão do mercado, articulando autonomia territorial, educação comunitária e organização social em uma estratégia de reterritorialização insurgente (Escobar, 2005). A multiplicidade de territórios vividos, ou multiterritorialidade, proposta por Haesbaert (2004), demonstra que indivíduos contemporâneos transitam entre diferentes espaços simultaneamente, construindo identidades móveis e múltiplas, que coexistem com as estruturas materiais e simbólicas dos lugares.

Figura 1: Mapa conceitual Territorialização, desterritorialização e reterritorialização



Fonte: Elaborado ção do autor, com utilização da plataforma Canva.

Há, portanto, uma relação, não necessariamente isolada desses conceitos, já que podem acontecer simultaneamente. É que nos informa Milton Santos (2000), ao ressaltar que a globalização intensifica simultaneamente desterritorializações e novas territorializações. Os massacres às populações palestinas no território de Gaza, promove deslocamentos de populações e circuitos produtivos, mas ao mesmo tempo favorece a emergência de redes de solidariedade e organização comunitária, local e global, que redefinem práticas e significados nesses territórios. Esse movimento também é visível em Estados-nação cuja aparente paz democrática é imperiosa, como em assentamentos urbanos e rurais que articulam economia solidária, agricultura familiar e redes de comércio local, resistindo à lógica homogênea do mercado global e promovendo novas territorialidades. Se por um lado fortalece-se essa dimensão, por outro está penumbral a cidadania negada, a violência da ausência estatal, e o desequilíbrio econômico-político do mercado. A colonialidade do poder, destacadas por Enrique Leff (2001) e novamente Arturo Escobar (2005), na América Latina, retroalimentam processos de desterritorialização estreitamente ligados à atividades extrativistas que deslocam comunidades, enquanto a reterritorialização se manifesta na recuperação de práticas culturais, ambientais e identitárias, como em projetos de conservação territorial indígena no Chaco paraguaio ou nas reservas extrativistas da Amazônia (Svampa, 2019). Entretanto, nada disso deixa claro porque essas populações precisam dar lugar, do seu território, ao extrativismo que abastece o capital.

Podemos também identificar as sobreposições (*overlays*) de desterritorialização e reterritorialização em dinâmicas onde é o Estado que realiza em nome de um "comum" abstrato ou da vontade pública, igualmente abstrata. Ainda há processos em que a presença estatal (poder público) em acordo como capital (indústrias, comércio, mineradoras) para o desenraizamento de populações e/ou movimentos. Nesses casos o poder de mobilização ou dos grupos de pressão podem garantir a permanência ou a ressignificação territorial em processos decisórios cujo resultado não signifique sempre perda para as populações e movimentos sociais.

Alguns fatores desestabilizam, deslocam ou fragmentam o território (*overlay* de desterritorialização), como Projetos de infraestrutura **(**rodovias, barragens, grandes obras urbanas), Financeirização (especulação fundiária, crédito direcionado, investimento externo), Migração **(**êxodo rural, migração forçada ou econômica) e políticas neoliberais (privatizações, flexibilização do trabalho, redução de direitos sociais). Esses *overlays* de desterritorialização obrigam sobreposições ao território, indicando pressão, deslocamento ou perda de controle sobre recursos e espaços para quem pertence ao território.

Figura 2: Mapa de Overlay Desterritorialização e Reterritorialização.



Fonte: Elaborado ção do autor, com utilização da plataforma Canva.

Figura 3: Contextos de reterritorialização e resistência.



Fonte: Elaborado ção do autor, com utilização da plataforma Canva.

Já o *overlay* de reterritorialização, implicam processos que ressignificam, reapropriam ou consolidam territórios, provisória ou permanentemente. Como a organização por meio de Movimentos sociais ou coletivos (ocupações urbanas, lutas por terra, associações comunitárias), reassentamentos (realocação planejada, assentamentos rurais, programas de habitação), economia solidária (cooperativas, agricultura familiar, feiras comunitárias), práticas culturais (festas, religiões, tradições, patrimônios locais).

O sentido dado a esses processos é de reestruturação das relações sociais, a partir de processos de resistência, reconstrução e apropriação. Conflitos em grandes obras, grilagem, expulsão ou especulação, tendem a gerar resistências nos territórios com mobilização comunitária, movimentos sociais ativos ou coletivos, que se mobilizam para enfrentar o contencioso, reivindicando os territórios de pertencimento. Também há uma tendência à criação de territórios de ressignificação, zonas onde práticas culturais ou economia solidária transformam a percepção e função do novo território, dando novo sentido e significado ao território ocupado.

O capitalismo global, portanto, conforme argumenta David Harvey (2005), intensifica a desterritorialização por meio da acumulação por espoliação, que fragmenta espaços e populações, reorganizando territórios segundo interesses financeiros e mercadológicos. Ao mesmo tempo, movimentos sociais produzem formas criativas de reterritorialização, combinando resistência, inovação social e práticas culturais, como os assentamentos rurais agroecológicos em Pernambuco,

Figura 4: Diagrama de multiterritorialidade.



Fonte: Elaborado ção do autor, com utilização da plataforma Canva.

que associam produção sustentável e identidade comunitária (Petrônio; Figueiredo, 2017). Assim, territorialização, desterritorialização e reterritorialização constituem processos simultâneos e contraditórios, em que enraizamento e desenraizamento, perda e reinvenção, fixidez e fluidez, coexistem, revelando o caráter profundamente político, social e cultural do território.

Essa abordagem evidencia que o território contemporâneo não desaparece frente à globalização, mas se transforma e se adapta continuamente, sendo espaço de disputa, resistência e produção de sentido social, em uma dinâmica permanente local - global - local, ou simplesmente *glocal*, para usar o neologismo proposto por Santos (2000). Ao integrar práticas culturais, políticas e econômicas, a tríade conceitual de Deleuze e Guattari, articulada com os estudos de Santos, Haesbaert, Harvey, Escobar e Leff, é possível compreender a complexidade das dinâmicas territoriais contemporâneas, destacando a multiplicidade de processos de apropriação/reapropriação, deslocamento e recomposição que moldam a vida social e o espaço vivido. Mas também e de forma categoria que a democracia territorial (ou justiça espacial?) acontece da mesma forma desigual e seletiva, pressupondo que há lugares onde as famílias “tradicionais” ou os empreendimentos econômicos estão protegidos, e alhures (tantas vezes na esquina do lado) a vulnerabilidade e hierarquização informam, senão determinam, que essa ideia mesma é não apenas seletiva como uma decisão de quem deve viver ou morrer, quem pode ou não ser soberano (Foucault, 1988; Mbembe, 2018).

Perspectivas latino-americanas

A América Latina possui uma tradição específica na reflexão sobre território, fortemente marcada por processos históricos de colonização, exploração econômica, desigualdades persistentes, crises democráticas e resistência cultural. Diferentemente das abordagens clássicas, centradas na soberania estatal e no espaço físico, as perspectivas latino-americanas enfatizam a dimensão social, política e cultural do território, incorporando elementos de identidade, interseccionalidades, memória, luta de classes e luta por direitos. Essa abordagem amplia a compreensão do território como um espaço dinâmico e enraizado, atravessado por relações de poder, práticas sociais e processos históricos, e não apenas como uma porção geográfica delimitada, colocando campos do conhecimento em intrerconexões analíticas propositivas que fizeram dialogar a geografia e a cultura (Ceceña, 2018); ciência política, sociologia rural e territórios (Cruz, 2021); e, de forma ainda mais sofisticada articulam modelos de governo, participação social e a geografia (Vieira, 2026).

Desse modo, a partir da ideia de colonialidade, Quijano (2005) oferece uma contribuição para refletir a

organização social e espacial da América Latina moldada pela imposição europeia de categorias de poder, raça, hierarquização/subalternização e território. Segundo Quijano, a construção do território colonial não se limitou à exploração física da terra, mas incluiu a hierarquização de populações, a imposição de fronteiras e a desconsideração das territorialidades indígenas e afrodescendentes, subalternizando-as a condição de não humano. O território, nesse sentido, é um espaço de dominação e exclusão, mas também de resistência e reapropriação. Isso porque as populações não assistem paradas e alienadas a esses processos. Antes pelo contrário. Alguns movimentos sociais e organizações como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)[1] no Brasil, que luta pela reforma agrária e pela ocupação de terras improdutivas, promovendo democratização da terra, e formação de assentamentos com base em princípios agroecológicos, e a Confederação dos Povos Indígenas da Bolívia (CIDOB) na Bolívia[2], demonstram que no processo histórico a politização dos territórios enfrenta esses processos de colonialidade, articulando demandas territoriais e políticas de preservação cultural frente à expansão de projetos extrativistas.

Acompanhando essa leitura, retornamos a Escobar (2010) porque ele amplia essa abordagem ao propor o conceito de *territorios de diferencia*, espaços socialmente produzidos por comunidades indígenas, afrodescendentes e camponesas, que desafiam as lógicas neoliberais e propõem modos alternativos de vida, como o *buen vivir*. Escobar afirma que os territórios da diferença são lugares de resistência e de criação de mundos outros, nos quais a vida é pensada para além da lógica capitalista. Entre os exemplos de movimentos nacionais, destaca-se o Movimento Indígena do Equador, que organizou mobilizações históricas contra reformas neoliberais e projetos de mineração em territórios ancestrais; e o Pueblo Mapuche no Chile, que tem defendido terras frente à exploração florestal e à construção de hidrelétricas, mantendo práticas culturais e comunitárias como estratégia de resistência territorial.

Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006) relaciona o território à geopolítica ambiental, destacando que a globalização intensifica a apropriação dos recursos naturais, impactando diretamente comunidades locais. Para Porto-Gonçalves, os territórios latino-americanos são atravessados por contradições entre a preservação de modos de vida tradicionais e a expansão de lógicas extrativistas globais. Nessa perspectiva, alguns movimentos de resistência e luta pelo território são emblemáticos, entre eles o movimento indígena da Amazônia peruana[3] (Chirif; García Hierro, 2007), que se organizou nacionalmente contra a invasão de seus territórios e o avanço de atividades extrativistas, como a exploração madeireira, de petróleo e o cultivo de coca; o Consejo Regional Indígena del Cauca (CRIC)[4], na Colômbia, onde comunidades indígenas atuam em defesa de terras ancestrais e proteção ambiental, combinando lutas jurídicas e mobilizações sociais.

Em torno do tema do fenômeno do neoextrativismo, a autora Maristella Svampa (2016; 2019), realiza uma análise interpretativa criativa e complexa ao caracterizar esse fenômeno pela exploração intensiva de recursos naturais com lógica de exportação, observando seus impactos sobre territórios e populações locais. Svampa mostra que esse modelo econômico gera conflitos territoriais (interterritoriais e entre territórios), ao mesmo tempo em que fortalece formas de resistência e reterritorialização (Svampa, 2016). Conforme a caracterização da autora, podemos identificar diversos movimentos nacionais de destaque, como o Movimento de atingidos por barragens no Brasil (MAB), que mobiliza comunidades atingidas por hidrelétricas em ações de resistência, exigindo reassentamento digno e compensações; e o Movimiento de pueblos del sur de México, como uma ampla frente que abriga dentre outras organizações o Exército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN) e o Congreso Nacional Indígena (CNI), organizando protestos e campanhas jurídicas principalmente contra a instalação de projetos eólicos e mineradoras em terras indígenas e camponesas[5].

O enfoque latino-americano evidencia, que o território acompanha empiricamente, ou seja, é simultaneamente instrumento de dominação e espaço de insurgência. Olhar apenas como lugar de dominação ofusca a cultura política de resistência, essa é a principal impressão quando elaboramos e analisamos o Quadro 1. Nele, comunidades quilombolas, indígenas e rurais reinterpretam suas territorialidades, preservando saberes locais, identidades culturais e relações com a natureza, vivendo o território de forma dinâmica, como campo de disputa, mas não somente. Quando movimentos nacionais em países como Brasil, Bolívia, Chile, Equador e México demonstram, que a partir de suas atuações ainda que o conflito seja parte de uma estrutura estruturante, ou de um sistema de ações, leem o território (ou a totalidade-mundo) como possibilidade também de cooperação. É possível pensar de forma muito evidente nesses movimentos que anotamos, a articulação entre mobilização social, defesa de direitos territoriais e preservação ambiental constituindo estratégias de insurgência frente a políticas excludentes e modelos de desenvolvimento hegemônicos. O que as análises que encontramos demonstram é que há possibilidade de integrar as perspectivas latino-americanas ao debate sobre território, ampliando-se a compreensão das múltiplas dimensões em torno desse conceito (histórica, social, política, cultural e ambiental), mas essa leitura não está limitada a uma dimensão. Não se limita à materialidade ou à soberania do Estado-nação, envolve ainda relações de poder, identidade e resistência, fundamentais para compreender

Quadro 1: Caracterização movimentos de resistência nacional-territorial no contexto latino americano.

Movimento / Organização	Surgimento	Atuação	País	Principais bandeiras atuais
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)	1984	Ocupação de terras improdutivas; construção de assentamentos; agroecologia; educação do campo	Brasil	Reforma agrária popular; soberania alimentar; justiça social; agroecologia
Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)	1989-1991	Mobilização de populações deslocadas por barragens; incidência política e jurídica	Brasil	Reassentamento digno; reparação integral; direitos energéticos; justiça ambiental
Consejo Regional Indígena del Cauca (CRIC)	1971	Defesa de territórios indígenas; educação intercultural; autonomia política	Colômbia	Autonomia territorial; direitos coletivos; proteção ambiental; autodeterminação
Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador (CONAIE)	1986 (marco político em 1990)	Levantes indígenas; articulação nacional contra políticas neoliberais e extrativistas	Equador	Plurinacionalidade; defesa territorial; direitos da natureza; justiça social
Asociación Interétnica de Desarrollo de la Selva Peruana (AIDESEP)	1980	Representação de povos amazônicos; resistência a projetos extrativistas	Peru	Defesa da Amazônia; autodeterminação; direitos territoriais; proteção ambiental
Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN)	1994	Autonomia territorial; autogoverno; resistência ao neoliberalismo	México	Autonomia indígena; anticapitalismo; democracia direta; defesa do território
Congreso Nacional Indígena (CNI)	1996	Articulação nacional de povos indígenas; redes de resistência territorial	México	Defesa dos territórios; autodeterminação; resistência a megaprojetos
Coordinadora Arauco-Malleco (CAM)	1998	Recuperação territorial; ações diretas contra empresas florestais	Chile	Territorialidade mapuche; autonomia; resistência ao extrativismo
Povo Mapuche (rearticulação contemporânea)	Décadas de 1980-1990	Mobilização sociopolítica; revitalização cultural; disputas territoriais	Chile / Argentina	Direitos territoriais; autodeterminação; preservação cultural e ambiental

Fonte: Elaborado ção do autor,

os desafios contemporâneos da região, particularmente o Sul Global e suas expressões na política, na vida pública, na esfera privada, e na dimensão comunitária. Tal abordagem permite interpretar o território como espaço vivo, constantemente produzido e reconfigurado, onde coexistem conflitos e alternativas, exploração e autonomia, memória e criação de futuros possíveis.

É justamente na disputa pelo território que se evidencia, de outro modo, a qualidade da democracia nos territórios e suas populações. Ainda que não tenhamos explorado suficientemente essa dimensão, trata-se de uma dimensão crucial para compreender as formações histórico-sociais dos Estado e as suas populações (Cruz, 2021), como também as permanências e mudanças políticas dos grupos demandantes (Cruz; Ruano-Ibarra, 2021). Sem compreender como a disputa democrática acontece nos territórios, entre grupos, movimentos sociais e movimentos conservacionistas, coletivos e mesmo o ressurgimento organizado da extrema direita, todo o debate sobre território como lugar de disputa e luta política se esvazia. É, portanto, na e para a ampliação de espaços e públicos participativos que tem caminhado a experiência concreta nos territórios a partir das experiências concretas do fazer coletivo no território. O que inclui, claro, está, a disputa em condições não igualitárias, a despeito da teoria normativa democrática, da ascensão da extrema direita e da desdemocratização (Cruz, 2025).

Giro ou grito epistemológico?

Por isso mesmo é preciso acompanhar o giro epistemológico que em curso no conhecimento científico, a fim de dar conta de perspectivas “a partir de” e não “sobre”. Como percebem e vivem nos territórios vividos as comunidades quilombolas, ribeirinhas ou de fundo e fecho de pasto, essa perspectiva da resistência?

Nesse sentido, as comunidades tradicionais brasileiras (ribeirinhas, de fundo e fecho de pasto e quilombolas) constituem experiências concretas de produção territorial que desafiam concepções clássicas e contemporâneas de espaço. O território, nesse contexto, não é apenas um recorte físico ou administrativo, mas um espaço socialmente produzido, atravessado por relações de poder, memória, cultura e modos de vida (Oliveira; Silva, 2017). Os autores que discutimos ao longo do artigo ofereceram bases para compreender a interdependência entre sociedade e meio natural. Enfatizam a configuração espacial como produto da ação humana em interação com o ambiente, destacando a dimensão coletiva da apropriação do espaço, especialmente visível nas comunidades ribeirinhas, comunidades que se organizam e habitam às margens dos rios, cuja dinâmica determina práticas de pesca, extrativismo e mobilidade sazonal. A territorialidade ribeirinha, portanto, é relacional e fluida, articulando dependência ecológica, usos coletivos e saberes tradicionais, ainda de pressões do capital e do Estado, principalmente por conta de projetos de barragens.

Do mesmo modo é possível propor uma análise a partir de uma lente que permita compreender as comunidades de fundo e fecho de pasto, cujos modos de ocupação do território são historicamente construídos a partir de relações sociais e manejo agropecuário tradicional. A posse da terra, nesse caso, é socialmente legitimada, marcada por genealogia, memória coletiva e práticas de gestão coletiva e comunitária. Essas comunidades frequentemente enfrentam pressões externas, como políticas de regularização fundiária ou projetos de desenvolvimento, que configuram na prática processos de desterritorialização, ou seja, deslocamentos forçados ou restrições à autonomia territorial. A violência privada ou estatal nesses casos dilacera e fragmenta as vivências e experiências culturais e histórico-sociais dessas comunidades, seja pela omissão (que é também uma ação) que permite a ação de capangas armados, ou pela ação policial direta, com ou sem autorização da justiça, a fim de atender novamente ao capital, nesse caso aos interesses de ruralistas ou de empresas eólicas.

Poderíamos estender a múltiplos exemplos concretos, em comunidades rurais, observando como o território é um produto social e histórico, atravessado por fluxos, redes e desigualdades (Santos, 2000). Essa perspectiva sintetiza a compreensão da territorialidade quilombola, por exemplo, cuja dimensão simbólica e política reflete resistência histórica contra a escravidão, marginalização e processos de extermínio e expulsão, em uma sociedade cuja democracia é racializada (Cruz, 2025). O território quilombola é simultaneamente espaço de reprodução cultural, arena de disputa democrática e *locus* de negociação de direitos. Processos de desterritorialização, como pressões urbanísticas, mineração ou projetos imobiliários, podem ser respondidos com estratégias de reterritorialização, que incluem mobilização comunitária, ações judiciais e parcerias com universidades e órgãos públicos.

Mesmo que cada comunidade encaminhe seus processos a partir de suas relações histórico-culturais, a perspectiva territorial e a territorialidade estão presentes em suas lutas e processos de resistência, e se articulam de forma intensa com dinâmicas que ultrapassam suas dimensões locais. É por exemplo como observamos as questões territoriais no Quilombo Rio dos Macacos na cidade de Salvador, Bahia, como analisado por Cordeiro (2020). Ali, ainda que o enfrentamento aos projetos urbanos de grande impacto esteja explícito, essas ações combinam mobilização comunitária, ações jurídicas e pesquisas acadêmicas como forma de garantir direitos territoriais, justiça social e ambiental e finalmente o direito de permanecer no território habitado. Como nos diz Cordeiro, o conflito com a Marinha é apenas parte de um processo profundo de subalternização histórica e cultural longeva dessas populações (Cordeiro, 2020).

Do mesmo modo, as lutas dos povos originários em toda a América Latina e seus territórios não podem ser compreendidos apenas como recortes geográficos ou como recursos a serem explorados dentro da lógica capitalista. Eles constituem espaços de vida, nos quais se expressam cosmovisões próprias, temporalidades distintas e formas alternativas de organização política. Inclusive a possibilidade de "negociar" em seu próprio nome suas terras e territórios. Em diálogo com Gonçalves (2002), é possível afirmar que a luta dessas populações pela defesa e reinvenção de seus territórios representa não apenas um embate por terras, mas um confronto civilizatório, ou seja de um lado, a territorialidade imposta pelo Estado e pelo capital, orientada pela apropriação e mercantilização da natureza; do outro, a territorialidade originária, baseada na reciprocidade, no cuidado e na continuidade da vida. Assim, pensar os territórios das populações originárias a partir da proposta de "reinvenção territorial" de Gonçalves implica reconhecer que esses espaços não são resquícios do passado, mas laboratórios de futuro, capazes de oferecer alternativas à crise ambiental e social contemporânea. São territórios insurgentes que reconfiguram a geopolítica da região, evidenciando que a América Latina é lugar de resistência, mas também de invenção de novos mundos possíveis, o que não exclui a reificação desse mundo, sob o manto indelével da colonialidade. Esses casos que trouxemos ao longo de nosso artigo, evidenciam o território tradicional como espaço de resistência, de produção social e de reinvenção cultural, em que territorialidade é uma prática coletiva que articula memória, identidade e cidadania.

As comunidades produzem territórios vivos, atravessados por processos de desterritorialização e reterritorialização, que revelam tensões entre interesses

mercantis e direitos sociais, entre políticas públicas e práticas culturais. Além disso, movimentos sociais como a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) e a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), por exemplo, desempenham papel central na defesa de territórios, na mobilização política e na implementação de estratégias de desenvolvimento local, fortalecendo o protagonismo comunitário. A atuação desses movimentos demonstra que a disputa pelo território não é apenas material, mas também simbólica e política, envolvendo participação democrática, reivindicação de direitos e preservação de modos de vida tradicionais.

Portanto, o estudo das comunidades tradicionais confirma que território e territorialidade, não podem ser concebidos de forma abstrata ou unidimensional. São processos dinâmicos, continuamente produzidos e recriados, nos quais memória, identidade, cultura, política e ambiente estão profundamente entrelaçados. O território emerge como campo de conflito e negociação, e as práticas comunitárias representam formas de democracia territorial, em que o pertencimento, o direito à terra e a autonomia cultural são exercidos e defendidos coletivamente.

Considerações finais

Pensar o território é, em última instância, pensar sobre o próprio modo como a vida se organiza em meio a forças que produzem vínculos e rupturas. Ao longo deste percurso, ficou evidente que o território não pode ser reduzido a um recorte físico ou à extensão do poder estatal. Ele é, sobretudo, um espaço vivido, tecido por memórias, afetos, resistências e também por conflitos e violências.

As abordagens clássicas, ainda que fundamentais, mostraram-se insuficientes diante das dinâmicas contemporâneas. Ao lado da leitura crítica, o território se revela como processo construído**:** sempre em disputa, sempre em transformação. A articulação entre teoria clássica, abordagens contemporâneas e perspectivas latino-americanas permite não apenas apreender a complexidade do território, mas também iluminar caminhos para políticas públicas, planejamento urbano-regional e práticas de resistência que promovam equidade e sustentabilidade.

A multiterritorialidade, as dinâmicas de territorialização e desterritorialização e a própria reterritorialização insurgente nos lembram que habitar o espaço não é apenas ocupar, mas criar sentidos e modos de vida. Afinal, porque discutir, pesquisar e refletir sobre território em tempos de globalização? O território não é apenas um espaço físico delimitado, mas resultado de relações sociais, práticas culturais e políticas de poder (Raffestin, 1993; Lefebvre, 1991; Santos, 2000). Assim os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização revelam a dinâmica do território, sua fluidez e sua reconfiguração constante diante de transformações econômicas, políticas e culturais (Deleuze; Guattari, 1995; Harvey, 2005). As perspectivas latino-americanas ampliam a compreensão do território, incorporando a dimensão histórica da colonização, a luta contra a desigualdade e a resistência de comunidades indígenas, quilombolas e rurais (Quijano, 2005; Escobar, 2010; Svampa, 2019). É simultaneamente campo de dominação e arena de resistência, evidenciando sua centralidade para compreender as desigualdades, os processos de globalização e as formas alternativas de organização social e ambiental (Porto-Gonçalves, 2006; Svampa, 2016).

Portanto, compreender o território é fundamental para análises críticas do espaço, das relações de poder e das estratégias de resistência. A multiplicidade de enfoques apresentados evidencia que o território é, acima de tudo, um conceito relacional, histórico e dinâmico, cuja compreensão é imprescindível para pesquisas em geografia, sociologia, planejamento territorial, antropologia e estudos latino-americanos.

A conjugação de globalização e resistência mostra que o território é simultaneamente vulnerável e potente. Ele não é apenas um objeto passivo da ação do capital ou do Estado, mas um espaço dinâmico, sujeito a práticas insurgentes que produzem sentido, identidade e alternativas de vida. Assim, compreender o território implica analisar tanto os processos de dominação quanto os mecanismos de resistência e criação social.

Mais do que um conceito, o território se apresenta como desafio e como projeto político. Desafio, porque expõe as contradições de uma sociedade marcada pela desigualdade e pela violência estrutural. Projeto político, porque nele se abrem brechas de resistência, invenção e democratização, lugares onde a vida insiste em afirmar-se para além das fronteiras impostas, criando novas territorialidades possíveis.

Notas

[1]O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra foi constituído em 1984, no contexto das lutas pela democratização do país e da intensificação dos conflitos agrários, articulando trabalhadores rurais em torno da luta pela reforma agrária. Conforme Fernandes, sua formação resulta da convergência de experiências regionais de ocupação de terras e da organização coletiva de camponeses, configurando-se como um movimento socioterritorial que produz e disputa territórios no campo brasileiro (Fernandes, 2000).

[2]A emergência de organizações indígenas como a Confederación de Pueblos Indígenas del Oriente Boliviano

deve ser compreendida no contexto das transformações sociopolíticas bolivianas ocorridas a partir das décadas de 1970 e 1980, quando povos indígenas das terras baixas passaram a se articular politicamente em torno da defesa de seus territórios, identidades e formas próprias de organização. Segundo Albó, esse processo expressa não apenas uma reação às políticas estatais de marginalização, mas também a construção de novos sujeitos coletivos que reivindicam reconhecimento, autonomia e participação na redefinição do Estado boliviano (Albó, 2002).

[3]O movimento indígena amazônico peruano, articulado sobretudo em torno da Asociación Interétnica de Desarrollo de la Selva Peruana, consolida-se a partir das décadas de 1970 e 1980 como expressão da organização política dos povos indígenas da Amazônia em defesa de seus territórios, modos de vida e direitos coletivos. Conforme analisam Alberto Chirif e Pedro García Hierro, esse processo está diretamente relacionado à luta pela titulação territorial e ao enfrentamento das formas de expropriação impostas pelo Estado e pelo avanço de projetos econômicos sobre a floresta, configurando o território como eixo central da mobilização indígena (Chirif; García Hierro, 2007).

[4]Segundo Rappaport (1990), o Consejo Regional Indígena del Cauca foi criado em 1971, no departamento do Cauca, na Colômbia, como uma das primeiras organizações indígenas contemporâneas da América Latina. Sua formação está vinculada à luta pela recuperação de terras, defesa dos territórios ancestrais e fortalecimento das formas próprias de organização política e cultural dos povos indígenas. Para a autora, o CRIC constitui-se como um sujeito coletivo que articula identidade, território e autonomia, desempenhando papel central na construção de formas próprias de governança indígena e na resistência às dinâmicas de expropriação e marginalização (Rappaport, 1990).

[5]Longe de constituírem apenas movimentos de contestação conjuntural, essas experiências configuram formas de organização política enraizadas na defesa dos territórios e na construção de autonomias locais, nas quais o território é compreendido como espaço de vida, reprodução sociocultural e exercício de autogoverno. Conforme analisam Neil Harvey e Gilberto López y Rivas, tais articulações expressam a constituição de sujeitos coletivos que, a partir de suas territorialidades, confrontam as formas hegemônicas de poder estatal e neoliberal, propondo alternativas baseadas em práticas comunitárias, redes de solidariedade e formas próprias de governança (Harvey, 1998; López y Rivas, 2004.).

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. Desenvolvimento e instituições: a importância da explicação histórica. In: ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro; ABRAMOVAY, Ricardo (orgs.). Razões e ficções do desenvolvimento. São Paulo: UNESP; EDUSP, 2001.

ABRAMOVAY, Ricardo. O futuro das regiões rurais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

ALBÓ, Xavier. Pueblos indígenas en la política. La Paz: CIPCA, 2002.

BARBOSA, Jorge Luiz. O ordenamento territorial na era da acumulação globalizada. In: SANTOS, Milton et al. Território, territórios: ensaios de ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 125-144.

CASTRO, Iná Elias de. Geografia e política: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CECEÑA, Ana Esther. Territorialidade do poder. Inclusions Magazine, [S. l.], p. 178-193, 2018. Disponível em: https://revistainclusiones.org/index.php/inclu/article/view/2257. Acesso em: 28 ago. 2025.

CORDEIRO, Paula Regina de Oliveira. Cartografias e conflito territorial no Quilombo Rio dos Macacos. Vivência: Revista de Antropologia, Natal, v. 1, n. 55, p. 1-15, jul. 2020. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/vivencia/article/view/21693. Acesso em: 28 ago. 2025.

COSCIONI, Fernando José. Reflexões sobre as posições epistemológicas de Richard Hartshorne em The Nature of Geography. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 11-24, 2015.

CRUZ, Danilo Uzêda da. A democracia deslindada. Feira de Santana: EDUEFS, 2025.

CRUZ, Danilo Uzêda da. A estratégia territorial e a criação de públicos participativos: apontamentos para discussão. In: SANTOS, Edinusia Moreira Carneiro; COELHO NETO, Agripino Souza; SILVA, Onildo Araújo da (orgs.). (Re)pensando as políticas públicas: o Estado na interface entre participação e movimentos sociais. Rio de Janeiro: Consequência, 2022.

CRUZ, Danilo Uzêda da. O Estado contemporâneo na América Latina: história e teoria política. Salvador: Pinaúna, 2021.

CRUZ, Danilo Uzêda da; RUANO-IBARRA, Elizabeth (orgs.). Democratización, inestabilidad y desigualdades en América Latina. Campos dos Goytacazes: Associação Latino-Americana de Ciência Política, 2021.

CRUZ, Danilo Uzeda. Estado, desenvolvimento e política pública: espaços participativos na gestão dos Territórios de Identidade na Bahia. Salvador: EGBA, 2015.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DUARTE, Joana das Flores; GROSSI, Patrícia Krieger; ALMEIDA, Eliane Moreira de. Luta pelo território: as experiências sociais das mulheres quilombolas no âmbito das políticas públicas. Revista de Políticas Públicas, São Luís, v. 25, n. 2, p. 618-635, 2022. Disponível em: https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/18463. Acesso em: 29 ago. 2025.

ESCOBAR, Arturo. Más allá del Tercer Mundo: globalización y diferencia. Bogotá: ICANH, 2005.

ESCOBAR, Arturo. Territorios de diferencia: lugar, movimientos, vida, redes. Medellín: Envión, 2010.

FAVARETO, Arilson. Paradigmas do desenvolvimento rural em questão: do agrário ao territorial. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A formação do MST no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A territorialização do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – Brasil. Revista NERA, [S. l.], n. 1, 2012. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1495. Acesso em: 29 ago. 2025.

FOLHA DE S. PAULO. Desapropriações em Belo Monte provocam deslocamento de comunidades indígenas. São Paulo, 2019.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2008.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARTSHORNE, Richard. Propósitos e natureza da geografia. São Paulo: Hucitec, 1978.

HARTSHORNE, Richard. The concept of geography as a science of space, from Kant and Humboldt to Hettner. Annals of the Association of American Geographers, v. 48, n. 2, p. 97-108, 1958.

HARTSHORNE, Richard. The nature of geography. Lancaster: Association of American Geographers, 1939. ed. 2000.

HARVEY, David. A condição da pós-modernidade. São Paulo: Loyola, 2005.

HARVEY, David. O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2005.

HARVEY, Neil. The Chiapas Rebellion: the struggle for land and democracy. Durham: Duke University Press, 1998.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA (IICA). A nova ruralidade na América Latina e o Caribe. San José: IICA, 2005.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA (IICA). Desenvolvimento territorial rural sustentável: lições da experiência latino-americana. San José: IICA, 2010.

LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. São Paulo: UNESP, 2000.

LEFF, Enrique. Racionalidade ambiental: ciência, sociedade e natureza. Petrópolis: Vozes, 2001.

LÓPEZ Y RIVAS, Gilberto. Autonomías: democracia o contrainsurgencia. México: Era, 2004.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. São Paulo: n. 1 edições, 2018.

MONTEIRO, Gabriel Romagnose Fortunato de Freitas; ALMEIDA, Adriani Lameira Lameira Theophilo de. Território e territorialidades dos povos e comunidades tradicionais no Brasil. Revista Interdisciplinar em Educação e Territorialidade, v. 1, n. 1, p. 137-165, 2020. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/riet/article/view/12968. Acesso em: 29 ago. 2025.

MORAES, Carlos. Território e desenvolvimento regional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

O ESTADO DE S. PAULO. Reassentamento de comunidades na Amazônia. São Paulo, 2020.

OLIVEIRA, Andressa Rodrigues Sensato; SILVA, Carla Holanda da. Território, territorialidade e identidade territorial. Caderno de Geografia, Belo Horizonte, v. 27, n. 49, p. 411-426, 2017. Disponível em: https://periodicos.pucminas.br/geografia/article/view/p.2318-2962.2017v27n49p411. Acesso em: 29 ago. 2025.

PERLMAN, Janice. Favela: four decades of living on the edge in Rio de Janeiro. Oxford: Oxford University Press, 2010.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A globalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana. In: CECEÑA, Ana Esther; SADER, Emir (orgs.). Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 151-197. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar. Acesso em: 28 ago. 2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina. Ecuador Debate, Quito, n. 44, p. 227-238, 1998. Disponível em: http://hdl.handle.net/10469/6042.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

RAPPAPORT, Joanne. The politics of memory: native historical interpretation in the Colombian Andes. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

RATZEL, Friedrich. Geografia política. São Paulo: Ática, 1990.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 2000.
SANTOS, Milton. Por uma geografia nova. São Paulo: Hucitec, 2000.

SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Contexto, 2007.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p. 77–116.

SPOSITO, Eliseu Savério. Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Contexto, 2009.

SPOSITO, Eliseu Savério. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SVAMPA, Maristella. Las desigualdades territoriales en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2019.

SVAMPA, Maristella. Las fronteras del neoextractivismo en América Latina. Buenos Aires: CALAS, 2019.

THE GUARDIAN. Urban occupations and community organization in São Paulo. Londres, 2021.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. As características próprias da geografia. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

VIEIRA, Vanessa da Silva. Ascensão petista ao governo do estado da Bahia. Revista Brasileira de Ciências Sociais Aplicadas, v. 2, n. 1, 2026.